

**CEDI**

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte Journal do Brasil Class.: 06  
Data 24/03/76 Pg.: \_\_\_\_\_

## Política de desenvolvimento da Amazônia é denunciada como um estímulo ao êxodo

Os planos de desenvolvimento impostos à Amazônia não oferecem atrativos para a permanência do homem na terra. Esta é uma das críticas contidas no documento *A Posse e o Posseiro na Amazônia*, apresentado ontem pelos membros da Comissão de Justiça e Paz do Amazonas, no encontro de religiosos e técnicos sobre os aspectos legais do regime de propriedade agrária no Brasil.

O INCRA é também criticado no documento, que ressalta a necessidade de mudanças radicais nos planos de colonização e ocupação da Amazônia Legal, denunciando inúmeros focos de tensões sociais na região, todas provocadas pelo problema de posse e desocupação das terras onde vivem posseiros.

### OS NÚMEROS

Partindo do confronto de dados oficiais, o documento prega o "desencadeamento de uma política agrária audaciosa, racional, capaz de gerar maior produção e elevação da condição humana do rurícola." Eis os números apresentados com relação à Amazônia Legal: Superfície de 3 milhões 581 mil 800 km<sup>2</sup>; 3 milhões 651 mil habitantes; densidade demográfica de 1,03 hab./km<sup>2</sup>, sendo que a população rural corresponde à 54% do total da região; a Amazônia tem um quinto das disponibilidades dos cursos de água doce do globo terrestre; 42% da área territorial brasileira; menos de um centésimo da extensão rodoviária do país; um terço das florestas latifoliadas conhecidas no mundo; apenas dois e meio milésimos da população mundial e pouco mais de 3% da população brasileira.

A partir destes dados, o documento dos representantes da Comissão de Justiça e Paz no Amazonas conclui que "a vocação econômica da Amazônia foi esquecida", com a desagregação da economia interiorana, "visto que os planos de desenvolvimento impostos à Amazônia não oferecem atrativos para a permanência do homem na terra, não se baseiam na valorização do caboclo, modificando-lhe as condições desumanas em que vive e trabalha."

### EXODO

O documento diz ainda que esse estado de coisas leva a um "verdadeiro êxodo do homem amazônico", com inúmeras implicações para a economia regional, tais como "a concentração das atividades econômicas nas

capitais estaduais; a frustração dos objetivos que deveriam nortear a política federal, ou seja, a ocupação racional do território; o problema de segurança nacional, com o esvaziamento de vastidões territoriais próximas às linhas de fronteira internacional, e o inaproveitamento do potencial de matéria-prima."

Os representantes da Comissão de Justiça e Paz do Amazonas criticam a atuação do INCRA, qualificando-a de "passiva" diante dos problemas locais, e revela uma lista de lugares onde foram registradas tensões sociais ocasionadas por problemas de posse de terras, num levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrários — Contag — durante os últimos dois anos.

### CRIMES

Apesar da decisão do INCRA de considerar todas as terras do Acre como propriedade da União, "ainda precisam ser coibidas muitas práticas criminosas usadas pelos compradores de seringueis, no afã de expulsarem posseiros de suas terras, como a contratação de capangas e a chamada *dieta da castanha*, que consiste em abandonar o seringueiro no meio do seringal sem meios de sobrevivência."

A denúncia também está no documento elaborado pelos participantes da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, 18 especialistas em problemas de posse de terra no Brasil, que estiveram reunidos até ontem, no Convento de Nossa Senhora do Cenáculo. A discussão sobre os aspectos legais do regime de propriedade agrária no Brasil teve a Amazônia legal como ponto principal.